

REFLEXÕES SOBRE MEMÓRIA E HISTÓRIA DO PODER JUDICIÁRIO  
DO RIO GRANDE DO SUL  
REFLEXIONS ON MEMORY AND HISTORY OF THE JUDICIARY OF  
RIO GRANDE DO SUL

MARY BIANCAMANO \*

**Resumo**

Este texto se refere a questões sobre a necessidade do ser humano em identificar e preservar sinais, dito rastros, de seu passado e trazê-los ao presente, dentro de uma perspectiva de compreensão e aprendizagem para seu futuro, e as estratégias delineadas pelo Memorial do Judiciário do Rio Grande do Sul em seu planejamento.

**Abstract**

This text refers to questions about the need for humans to identify and preserve signals, said traces, of its past and bring them to the present, within a perspective of understanding and learning for their future, and strategies outlined by the Memorial Judiciary of Rio Grande do Sul in your planning.

**Palavras-chave**

Memória – História – Memorial – Museu

**Keywords**

Memory – History – Memorial – Museum

Ao pensar e refletir sobre os locais de memória institucional e tudo o que implica na área da organização museológica ou arquivística, é necessário explorar os meandros da sociedade humana e seus espaços constitutivos e, assim, ambientes diversos, como da educação, saúde, cultura, esporte, religião, justiça, lazer, política e tantos outros de tantas

---

\* Doutora em Informática na Educação, Assistente Administrativa do Memorial do Judiciário.

peculiaridades! No texto de Manuel Castells, em *A Sociedade em Rede*, identifica-se um efeito contrário à “dissolução dos laços de identidade no mundo contemporâneo” nessa insistente necessidade de o indivíduo construir um local/território de memória. Um espaço onde o passado é distinto do presente, onde se distingue a questão do “o quê?” da do “como?” e do “quem?”, reunindo-se objetos, documentos, imagens, sons e tudo o mais que possa evocar o tempo já passado, num caminho para construir com o outro a “sensação do tempo” (Paul Ricoeur, 2007).

As imagens, as *coisas* lembradas estão associadas a memórias, daí o fenômeno dos “lugares de memória”, como indícios de recordação que oferecem ao indivíduo um apoio à memória na luta contra o esquecimento. Pierre Nora (1984) vai dizer que a memória – fenômeno atual e vínculo no presente – é absoluta, e a história – representação do passado – somente conhece o relativo: “quando a memória não está mais em todos os lugares, ela não estaria em nenhum lugar, se uma consciência individual, numa decisão solitária, não decidisse dela se encarregar novamente” (Nora *apud* Ricoeur, 2007).

Buscando Platão e Aristóteles, podemos discutir se seria uma situação em que há a representação presente de uma coisa já ausente ou a representação de algo antes sentido, percebido, adquirido ou aprendido, sempre nos limites da imaginação e da lembrança e sua subjetividade. Nessa discussão, Sócrates propõe a metáfora do pedaço de cera:

“Pois bem, concede-me propor, em apoio ao que tenho a dizer, que nossas almas contêm em si um bloco maleável de cera: maior em alguns, menor em outros, de uma cera mais pura para uns, mais impura para outros, e bastante dura, mas mais úmida para alguns, havendo aqueles para quem ela está no meio-termo (...) Pois, então, digamos que se trata de um dom da mãe das Musas, Memória: exatamente como quando, à guisa de assinatura, imprimimos a marca de nossos anéis, quando pomos esse bloco de cera sob as sensações e os pensamentos,

imprimimos nele aquilo que queremos recordar, quer se trate das coisas que vimos, ouvimos ou recebemos no espírito. E aquilo que foi impresso, nós o recordamos e o sabemos, enquanto a sua imagem está ali, ao passo que aquilo que é apagado, ou aquilo que não foi capaz de ser impresso, nós o esquecemos, isto é, não o sabemos” (*apud* Ricoeur, p. 28)

Assim, a noção de “lugar de memória”, implica não somente território topográfico, mas abrange marcas, rastros, objetos simbólicos de memória (arquivos, bibliotecas, bandeiras, Muro das Lamentações, Panteão, Campidoglio, festas e tantos outros). “Lugares de memória são, eu diria, inscrições, no sentido amplo atribuído a esse termo em nossas meditações sobre a escrita e o espaço” (Ricoeur, p. 415), que, apreendidos pela história, podem ser uma outra história.

Dentre tantos conceitos – lembranças, reminiscências, evocações, recordações –, de salientar que o pesquisador revive o passado por intermédio de várias pessoas, em auxílio mútuo para a reconstrução de acontecimentos ou saberes compartilhados, conferindo “materialidade aos rastros conservados, reanimados e novamente enriquecidos por depósitos inéditos” (Ricoeur, p. 56).

Bergson (1999: 280) vem em nosso auxílio, quando teoriza dizendo que

“A verdade é que a memória não consiste, em absoluto, numa regressão do presente ao passado, mas, pelo contrário, num progresso do passado ao presente. É no passado que nos colocamos de saída. Partimos de um ‘estado virtual’, que conduzimos pouco a pouco, através de uma série de ‘planos de consciência’ diferentes, até o termo em que ele se materializa numa percepção atual, isto é, até o ponto em que ele se torna um estado presente e atuante, ou seja, enfim, até esse plano extremo de nossa consciência em que se desenha nosso corpo.”

Nessa perspectiva, importante considerar as contradições da memória – em seus aspectos cognitivo e pragmático –, principalmente como representação de algo ausente do passado, seus usos e abusos, que se apresentam nas três fases de Ricoeur (documental – testemunhas oculares e arquivos; explicativa/compreensiva – usos do *por quê?*; representativa – escrita levada ao público, cuja intenção historiadora de representar o passado tal como ocorreu), e

“é justamente nessa terceira fase que as principais aporias da memória retornam com força ao prosaíco, a da representação de uma coisa ausente sobrevinda anteriormente, e a de uma prática voltada à recordação ativa do passado e que a história eleva ao nível de uma reconstrução” (p. 147).

Restringindo neste espaço o discurso sobre *memória* à área da justiça, à expressão do papel do Judiciário na sociedade, como garantidor dos direitos da cidadania, constata-se possíveis reconstruções por meio de rastros também em prédios que abrigaram a identidade institucional. Assim, define-se **Memorial**, na acepção adequada ao Judiciário, não somente como repositório de documentos e objetos relevantes para o conhecimento da história institucional, mas como um centro de integração e interação entre seu passado, presente e futuro e a sociedade. Citando Marc Bloch (*apud* Ricoeur) na definição de testemunho na construção do fato histórico, no objeto da história está a sua justificativa, uma vez que não é o passado, não é o tempo, são “os homens no tempo” que proporcionam a relação fundamental entre passado e presente. Ao compreender o passado pelo presente, e o presente pelo passado, os testemunhos escrito e não escrito, seus vestígios (imagens, pinturas, objetos, sons, prédios, etc.), cumprem seu papel na construção do fato histórico.

Nessa perspectiva, o Memorial do Judiciário do Rio Grande do Sul, ao estabelecer como política e estratégia institucional a promoção da pesquisa, da divulgação do acervo, do resgate e da preservação de sua me-

mória e sua inserção no contexto social, enriquece e diversifica as opções institucionais que se apresentam no contexto da atualidade.

É importante aqui ressaltar um dos principais elementos da ação do Poder Judiciário – o documento (impresso ou eletrônico). Esse documento que serve de instrumento ou prova de ações e fatos do cotidiano é um “documento de arquivo”, na medida em que está próximo da ação que o originou, apresentando-a. Nesse contexto, o processo judicial muito bem traduz o documento de arquivo: corporifica os atos executados, em ordem predefinida, para solução de uma pretensão, e apresenta os documentos necessários ao cumprimento do processo. Entretanto, fatos ou documentos adquirem o *status* de históricos com base em uma interpretação, objeto da atual necessidade/problemática que atinge o pesquisador, o indivíduo.

Conforme Ricoeur (p. 179), um documento de arquivo – escrito – não tem um destinatário específico, está aberto a quem quer que saiba ler e não é somente mudo, mas órfão; “os testemunhos que encerra desligaram-se dos autores que os ‘puseram no mundo’”. Diverso o papel do documento, prova no processo judicial. O historiador e o Juiz têm traços em comum, como a preocupação com a prova e a análise aprofundada da credibilidade dos testemunhos. O caso que está em julgamento é reproduzido por fontes que são confrontadas umas com as outras e cruzadas em um exame crítico; os dados são explorados e analisados cientificamente na leitura do momento histórico.

Entretanto, pode-se fazer uma relação do processo judicial com a investigação historiográfica em duas ordens: na fase deliberativa, de pluralidade de protagonistas e confrontação organizada de argumentos; e na fase conclusiva, a sentença que diz o direito em determinada situação. É nessa sentença que está a marca da diferença entre a abordagem jurídica e a abordagem histórica dos mesmos fatos. O Juiz deve julgar, concluir, deve decidir. Ele reinstaura uma justa distância entre réu e vítima. A coisa julgada pode ser contestada pela opinião pública, mas não julgada novamente.

A obra do historiador é oferecida a inúmeras revisões, o que torna a escrita histórica uma eterna reescrita. Entretanto, na esfera judicial, o

círculo potencialmente ilimitado da explicação do fato se encerra implacavelmente na sentença, ato de justiça que estabelece visão fixa sobre o fato imputado. São esses círculos que são reabertos pelo historiador, quando estende sua investigação a um número maior de atores, aos executores de segundo plano, às testemunhas de populações mudas e cúmplices. Ele recoloca as decisões de dirigentes em âmbitos mais amplos e complexos, o que também conduz a grandes reflexões e debates acerca da possibilidade de a argumentação historiográfica influir na formulação de uma sentença penal que puna, por exemplo, os grandes criminosos identificados desde a Antiguidade até nossos dias.

Nessa perspectiva, diz-se que o historiador questiona os documentos, os rastros encontrados, relacionando o passado dos homens de antes com o presente dos homens de hoje, na tentativa de interpretar e chegar à *verdade histórica*.

E a fragilidade de uma sociedade aflora quando seus integrantes não mais participam da construção de seu futuro, quando os indivíduos, inertes, estão a serviço de alguém ou de um grupo apenas. Diria alguém: mas como é possível controlar uma sociedade e eliminar qualquer pensamento crítico? Controlando sua memória!!

A memória é uma atividade social, e as instituições públicas nela desempenham importante papel, uma vez que o mundo contemporâneo está facultando a dissolução dos laços de identidade, ao tornar efêmera e banal a experiência humana. Entretanto, conforme Ricoeur (p. 352)

Por mais liberal que seja a operação de reunião e de preservação dos rastros de sua própria atividade que uma instituição decida preservar, ela é inelutavelmente seletiva; nem todos os rastros se transformam em arquivos; um arquivo exaustivo é impensável, e nem todos os testemunhos fazem arquivos.

Com essa perspectiva, a experiência da equipe de pesquisa que compõe o Memorial, que se caracteriza, antes de tudo, por aceitar desafios

e buscar a aprendizagem como instrumento de crescimento e mudança, consolidou-se com base no trabalho desenvolvido a partir do ano 1998.

Nesse ano 1998, foi criado no Tribunal de Justiça um projeto de memória institucional, tendo como coordenador Desembargador designado pela Presidência e por consultora uma historiadora com sua equipe. O projeto foi alicerçado em um programa de história oral, como estratégico, uma vez que entrevistas de prospecção, ou exploratórias, com integrantes da instituição auxiliam a mapear as questões e reflexões historiográficas e a divulgar o processo de reconstituição da memória institucional. O projeto também foi captador de acervo documental, objetual e imagético, viabilizando pesquisa e consolidando o projeto, salientando-se que os depoimentos coletados pelo programa de história oral – frequentemente – abordaram temas e eventos sob uma perspectiva não reproduzida na documentação impressa ou imagética. As publicações dos depoimentos coletados constituíram produtos historiográficos fundamentais para novas pesquisas acerca do Poder Judiciário.

No ano 2000, por portaria da Presidência do Tribunal de Justiça, o projeto passa a integrar o recém-criado Centro de Memória do Judiciário, com consultoria histórica assumida por uma empresa e inserção, no grupo de trabalho, de duas servidoras do quadro do Tribunal de Justiça, para atuarem na área administrativa e de biblioteca.

Em janeiro de 2002, também por portaria da Presidência, o Centro de Memória, nesse momento com suas políticas e estratégias estabelecidas, transformou-se no Memorial do Judiciário, com a missão de resgatar e preservar a memória institucional, analisando dados e fontes e favorecendo sua difusão na comunidade, respeitados os valores da confiança, da responsabilidade do pesquisador ao trabalhar/manusear o documento, da autonomia, da ética e do comprometimento com a preservação do acervo. O Memorial integra o Gabinete da Presidência do Tribunal, tendo as suas funções distribuídas entre: Coordenação – definindo políticas e estratégias, em consonância com a Presidência do TJ, resguardando o cumprimento da legislação museológica e arquivística; Assistência Técnica – proposição

de estratégias e diretrizes nas áreas de pesquisa histórica, museológica e arquivística; Assistência Administrativa – planejamento, organização e avaliação da execução de suas políticas e estratégias.

Os programas e projetos decorrentes das políticas marcaram nova fase de atividades, sustentadas por premissas: visão sistêmica, variabilidade dos processos internos e externos, psicologia das relações humanas e construção do conhecimento, enfatizando que o desenvolvimento de atividades em qualquer uma das áreas de atuação do Memorial é insumo para aprendizagem para mudança, para a inovação na área da preservação da memória institucional.

Nesse sentido, para garantia da sistematização e processamento historiográfico do acervo, potencializando o retorno social e institucional do investimento, existem 15 exposições históricas e temáticas, 10 publicações (livros e periódicos), biblioteca de apoio, arquivo histórico de documentos impactantes e projeto de responsabilidade social *Formando Gerações e Prêmio FALA*.

De ressaltar, ainda, a ênfase dada à preservação dos valores de confiança e de responsabilidade do historiador ao trabalhar/manusear o documento, da autonomia, da ética – princípios norteadores da administração pública: de impessoalidade, de transparência, de legalidade, de moralidade –, e de comprometimento com a preservação do acervo, continuamente protegidos pelo Memorial.

Assim, o Memorial do Judiciário é composto por Núcleo de Pesquisa, Centro de Eventos, Museu, Biblioteca, Arquivo e Centros de Memória Regional, Porto Alegre e Interior do Estado.

Os Centros de Memória Regional surgiram da percepção de que – pelo menos – uma parte significativa e relevante da documentação deveria permanecer nas comunidades de origem, facilitando o acesso à informação e fomentando a difusão das características e identidades regionais. Para auxiliar na solução dessa questão, a sugestão apresentada pelo Memorial de criação dos centros de memória regionais encaminha-se para ampliação da rede de memória na área da justiça. O primeiro convênio foi estabele-



cido na Comarca de Caxias do Sul, onde o acervo de autos de processos judiciais até o ano 2002, da Primeira Vara Cível, foi transferido para o Centro de Memória Regional instalado na Universidade de Caxias do Sul.

O Núcleo de Pesquisa desenvolve suas atividades em cinco linhas de pesquisa: *a organização administrativa do Poder Judiciário; funções jurisdicionais do Poder Judiciário e as relações de poder; o Judiciário e as políticas públicas; a história do Direito e de processos; a história das Sedes do Tribunal de Justiça*, abrangendo projetos específicos. As metas alcançadas estão a demonstrar que o Memorial é uma realidade, um organismo vivo de interlocução com a sociedade, um centro de excelência difusor dos elementos culturais, sociais e econômicos que fazem a História do Poder Judiciário. Atualmente, desenvolvem-se os seguintes temas: *A Alta Administração do Poder Judiciário do RS; Tribunal de Justiça e Faculdade de Direito da UFRGS: as personalidades e as ideias jurídicas; Galeria dos Casamentos no Palácio da Justiça (anos 1960-1970); importância dos acervos: Soldado Valdeci, Mãos Amarradas, O Caso da Mala*.

Por sua vez, o Centro de Eventos do Memorial é um dos instrumentos que viabiliza o processo de democratização da informação por meio da disponibilização de dados e acervos da Justiça para a comunidade, organizando seminários, palestras, *workshops*, lançamento de publicações, visitas guiadas, para compartilhamento do conhecimento construído no âmbito do Memorial. Salientam-se os eventos: a) participação na Feira do Livro de Porto Alegre, desde o ano 2004, com realização de painéis com participação de eminentes profissionais de diferentes áreas do conhecimento, cujas temáticas foram: 2004 – *Responsabilidade social, o Poder Judiciário e os projetos intervenientes*; 2005 – *Homoafetividade: implicações dessa realidade*; 2006 – *O Brasil vive uma crise ética?*; 2007 – *Justiça na Educação: uma transformação possível?*; 2008 – *Maioridade Penal: um debate que se faz necessário*; 2009 – *Violência doméstica: perfil e perspectivas*; 2010 – *Sob os olhares do Grande Irmão: a proteção da intimidade*; 2012 – *Tempos de sustentabilidade*; b) realização de Seminários e Painéis: *Seminário Política de Memória Institucional e Historiografia (2002); 1ª Reunião dos Arquivos*

*Judiciais da Região Sul; 2ª Reunião de Arquivos Judiciais do Brasil; Outros Olhares sobre a Revolução Farroupilha (2008); Desvendando o Rio Grande: Bento e Castilhos – um diálogo possível? (2010); Porongos: o protagonismo de Caxias, Canabarro e Moringue (2011); Anos de chumbo – as estruturas informais da repressão em Porto Alegre (2012).*

Por outro lado, parte importante da missão institucional do Memorial do Judiciário do RS é desempenhar ação cultural e pedagógica voltada à disseminação de práticas e conceitos relativos aos direitos da cidadania, dentre eles os relacionados no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Ao desenvolver um projeto cultural dirigido a crianças e jovens, em sua maioria em situação de vulnerabilidade social, o Poder Judiciário do Rio Grande do Sul, através de seu Memorial, oferece à sociedade instrumentos para a melhor compreensão de sua própria realidade e das formas de solução de conflitos que fazem parte de seu cotidiano, à luz do Direito.

O programa *Memória do Judiciário: Formando Gerações* fundamenta-se em que o processo de apropriação do conhecimento, da consciência da criança de seus direitos e deveres, alicerça-se em momentos de reflexão crítica sobre o mundo e sua inserção dentro dele, viabilizando-se entendimento do presente e projeção de futuro, por meio do desenvolvimento da atividade *Tribunal do Júri para solução de um conflito*. O Programa abriu as portas do Judiciário para visitas escolares guiadas, atingindo, até o ano 2012, o total de 6.046 alunos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e Médio.

Por sua vez, o Museu disponibiliza para pesquisa: **videoteca** – 647 vídeos; **audioteca** – 123 arquivos de som; **fototeca** – 4.000 fotos; **objetos** – 120 objetos e móveis; além de **Exposições**, dentre outras: *História do Tribunal de Justiça: da colônia ao ano 2000; Farrapos (2005; 2006; 2007; 2008); Sedes do Poder Judiciário; Ex-Presidentes do Tribunal de Alçada; Galeria de Corregedores-Gerais do Tribunal de Justiça; 20 anos de Penas Alternativas no Rio Grande do Sul; Galeria dos Casamentos no Palácio da Justiça; Galeria dos Ex-Diretores do Foro de Porto Alegre; Do Bico de Pena*

*à Certificação Digital; Palácio da Justiça: restauro, murais e Themis; Palácio da Justiça: projetos arquitetônicos de 1952; Espaços do Judiciário.*

E a Biblioteca possui 4.500 obras catalogadas e distribui gratuitamente ou por permuta as publicações do Memorial: *Tribunal de Justiça do RS – mais de um século de História*; livro *Histórias de Vida* (5 volumes); revista *Justiça & História* (12 números) – publicação nível B, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/CNPq; *Cadernos de Memória* (2 volumes); *Cadernos de pesquisa* (2 volumes); *Orçamento do Judiciário – de 1874 a 2000* e *História Administrativa das Comarcas do RS*; livros: *Memória Histórica da Revolução Farroupilha*; *Sedes do Tribunal de Justiça*; *20 anos de Penas Alternativas no Rio Grande do Sul*.

A revista *Justiça & História*, criada pelo Memorial do Judiciário, tem caráter acadêmico e está direcionada para a fronteira entre a História e o Direito, objetivando estabelecer um fórum permanente para a dispersa produção historiográfica brasileira sobre a Justiça e o Poder Judiciário. A um só tempo, o Tribunal de Justiça afirmou-se perante a comunidade de cientistas sociais – agentes formadores de opinião – como uma instituição comprometida com a reflexão social isenta e de qualidade; reforçou a imagem de ser uma Corte de vanguarda no Brasil, ao editar a primeira revista científica dirigida para essa fronteira específica do conhecimento, um dos poucos veículos científicos voltados para as Ciências Sociais editado fora do ambiente acadêmico. Assim, fiel ao objetivo de ser um espaço de discussão sobre a história da Justiça e do Direito e suas implicações, foram trazidas a público contribuições de renomados autores, sempre mediante criteriosa e ilustrada apreciação dos membros dos conselhos Editorial e Consultivo.

Na perspectiva de conclusão do tema, cito Gunter Axt, quando discorre sobre as diferenças entre os conceitos de projeto de memória, centro de memória, memorial e museu, dizendo que não há na literatura disponível um conjunto de conceitos que responda à questão: qual a diferença entre projeto de memória, centro de memória, memorial e museu? Toda alternativa de aproximação ao tema se baseia na experiência vivida. Diz ele que um projeto de memória se difere de um centro de memória

e de um memorial na medida em que caracteriza uma ação menos institucionalizada e temporária. Por outro lado, posiciona-se ele em que a distinção entre centro de memória e memorial seja mais fluida, daí menos perceptível, e que a denominação de memorial se tenha difundido por ser uma expressão mais enxuta e enfática.

Dentre os conceitos existentes e em voga na museologia, verifica-se que a distinção entre memorial e museu não é significativa porque os modernos memoriais buscam estabelecer uma interlocução com a comunidade, tendo por característica a interação entre museografia, museologia, pesquisa histórica e sociológica, centro de documentação e políticas culturais, expressa em seminários, exposições, palestras, filmes, etc.

Como referido anteriormente, a memória é uma atividade social, dirigida ao outro, e as instituições públicas assumem importante atuação em um mundo em que a identidade e a experiência humana são efêmeras e fugazes. Nesse sentido, a diversidade interdisciplinar, fundamentada na pesquisa histórica e guiada por uma política cultural moderna, caracteriza o memorial.

Importante neste momento a reflexão sobre a escrita e a leitura histórica, tendo em vista a proposição de termos a memória como uma matriz da narrativa para a historiografia em sua elaboração do documento histórico que liga acontecimentos passados. Se a memória é uma reapropriação do passado histórico, tal como nos é narrado pelos relatos históricos, como se poderia pensar na fidelidade do rastro/signo ao passado, uma vez que a ausência, “não estando mais, é tida como tendo estado”. Esse “tendo estado” é o que a memória se esforça por reencontrar. Ela reivindica a sua fidelidade a esse “tendo estado”. Como diz Ricoeur, o enigma que a memória deixa como herança à história é o passado estar presente na imagem e o deslocamento da escrita para a recepção e a reapropriação não suprimir esse enigma. Assim, a imagem sempre estará presente no espírito como algo que não mais está, mas esteve, e a história abrirá perspectivas plurais sobre ela: econômica, social, política, cultural, procurando compreender, explicar, discutir e debater.

O cidadão faz a história; o historiador a diz simplesmente!

### Referências bibliográficas

AXT, Gunter. O Poder Judiciário na sociedade coronelista gaúcha (1889-1930). *Revista da AJURIS*, n. 82, vol. 1, Porto Alegre: 2001.

BERGSON, Henri. *Matéria e Memória – ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.